

**Efeitos da comercialização na expansão do Ensino Superior Privado brasileiro em comparação ao sul coreano**

**Effects of commercialization on the expansion of Brazilian private higher education compared to South Korea**

**Efectos de la comercialización en la expansión de la educación superior privada brasileña en comparación con Corea del Sur**

**Sergio Moreno Lopes Ferreira<sup>1</sup>  
Roney Versiani Sindeaux<sup>2</sup>**

**Resumo:** Este artigo explora as divergências na mercantilização do ensino superior no Brasil e na Coreia do Sul, com foco na criação de instituições privadas de ensino superior em ambos os países e suas implicações na qualidade educacional e oferta de mão de obra. A análise busca compreender o crescimento de um país emergente (Brasil) em contraste com uma nação reconhecida por seu excelente sistema educacional. Discute-se que a Coreia do Sul apresenta uma proporção maior de graduados e menores taxas de desemprego, especialmente entre os com diploma universitário, em virtude de políticas governamentais bem-sucedidas que incentivaram a educação e a capacitação profissional.

---

<sup>1</sup>Mestre em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4938-6090>; Email: [sergiomoreolf@gmail.com](mailto:sergiomoreolf@gmail.com).

<sup>2</sup>Doutor em Economia, professor da Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG, Brasil; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0681-4350>; Email: [roney.sindeaux@unimontes.br](mailto:roney.sindeaux@unimontes.br).

**Palavras-chave:** Mercantilização, IES, Coréia do Sul, Brasil, Educação, Financeirização.

**Abstract:** This article explores the divergences in the commodification of higher education in Brazil and South Korea, focusing on the establishment of private higher education institutions in both countries and their implications for educational quality and workforce supply. The analysis seeks to comprehend the growth of an emerging country (Brazil) in contrast to a nation renowned for its excellent educational system. It is discussed that South Korea boasts a higher proportion of graduates and lower unemployment rates, particularly among those with university degrees, owing to successful governmental policies that have encouraged education and professional training.

**Keywords:** Mercantilization, HEIs, South Korea, Brazil, Education, Financialization.

**Resumen:** Este artículo explora las diferencias en la mercantilización de la educación superior en Brasil y Corea del Sur, centrándose en la creación de instituciones privadas de educación superior en ambos países y sus implicaciones en la calidad educativa y la oferta laboral. El análisis busca comprender el crecimiento de un país emergente (Brasil) en contraste con una nación reconocida por su excelente sistema educativo. Se discute que Corea del Sur tiene una proporción más alta de graduados y tasas de desempleo más bajas, especialmente entre aquellos con títulos universitarios, debido a políticas gubernamentales exitosas que fomentaron la educación y la capacitación profesional.

**Palabras clave:** Mercantilización, IES, Corea del Sur, Brasil, Educación, Financiarización.

## Introdução

O presente estudo é uma análise das implicações da oferta de mão de obra com ensino superior no Brasil e Coreia do Sul. O estudo almeja preencher uma lacuna na literatura acerca das implicações do setor privado na oferta e demanda de mão de obra com ensino superior entre tais países. Mesmo que existam estudos com premissas semelhantes aos objetivos gerais deste estudo, a especificidade em analisar o setor privado como criador de uma oferta de mão de obra especializada com grau superior é ainda pouco explorada.

O estudo ainda se torna de relevância pois temos uma disparidade bem acentuada em relação a educação básica, medida pelo índice PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) disposto pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Esse é o índice que usualmente permite classificar a Coréia do Sul como um país de excelente qualidade, a Coreia do Sul se destaca como uma liderança em qualidade de educação, como evidenciado pelo seu desempenho no PISA 2022, onde se destacou nas áreas de matemática, leitura e ciências, junto com outros países como China, Japão, Suíça, Estônia e Canadá. O país é reconhecido por seu sistema educacional rigoroso e pela excelência acadêmica

que promove. Por outro lado, o Brasil enfrenta desafios significativos em sua área educacional. No PISA 2022, o país ficou nas últimas posições, com notas muito abaixo das médias registradas pelos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Apesar de manter um desempenho estável em comparação com 2018, o Brasil ainda está bem abaixo da média da OCDE em matemática, leitura e ciências (G1, 2023).

Como objetivos gerais, pretendemos analisar o processo da educação superior brasileira e sul coreana, destacando as principais diferenças mercadológicas e sociais. Como objetivo específico, propomos analisar a dinâmica das IES privadas entre os dois países em relação à demanda de mão de obra com ensino superior, verificando a hipótese de que o ensino superior coreano apresenta um menor desemprego dessa categoria populacional, e ressaltando estudos anteriores dos autores sobre o processo brasileiro de formação de oligopólios e a oferta do ensino superior sem um possível alinhamento junto ao mercado de trabalho. Para aprofundar no tema, destacamos os estudos anteriores como: “Mercantilização do ensino superior: uma análise do impacto do financiamento estudantil no processo mercantil educacional” (Ferreira, 2022; “Market Analysis of Mergers and Acquisitions By Brazilian Educational Groups” (Ferreira, S. M. L.; Sindeaux, R. V., 2022). Também ressaltamos estudo anterior realizado sobre comparações do ensino superior brasileiro e argentino: “Comparisons between Argentine and Brazilian higher education: histories and effects of commodification”, (Ferreira, S. M. L.; Sindeaux, R. V., Oliveira, J. C., 2023).

A mercantilização, tema muito debatido tanto na bibliografia, é também um dos temas centrais deste estudo. A mercantilização refere-se à transformação de bens, serviços ou atividades em mercadorias, sujeitas às leis do mercado e à lógica do lucro. Esse processo envolve a comercialização de áreas da vida social que anteriormente não eram consideradas como mercadorias. A mercantilização da educação superior é um fenômeno global que tem sido objeto de muitas discussões na academia e na sociedade em geral. Nesse contexto, a mercantilização implica na transformação das instituições de ensino em entidades que buscam lucro, muitas vezes em detrimento da qualidade da educação e do acesso igualitário (Carvalho, 2013; Diniz; Oliveira; Lima, 2021; Oliveira, L. S.; Carvalho, 2016; Serafim, 2011).

No Brasil e na Coreia do Sul, esse processo apresenta algumas diferenças significativas em relação à criação de instituições privadas de ensino superior e à qualidade da educação e da oferta de mão de obra no mercado. Nesse sentido, para a análise do tema, este artigo se estrutura em cinco seções sendo que, no referencial teórico, a seção dois trata de caracterizar o ensino superior brasileiro e a três o ensino superior sul coreano. Na seção quatro temos a comparação entre ambos e, por fim, na seção cinco são apresentadas as considerações finais.

## **Referencial teórico**

Para o referencial teórico, propõe-se analisar as implicações da formação do ensino superior em ambos os países de forma a acentuar a oferta de cursos superior privados. Com isso, será contextualizada a história do setor tanto no Brasil como na Coreia Do Sul, de forma a trazer os principais pontos da ascensão das IES em ambos.

Com essa análise, destacamos o objetivo de elucidar o papel da demanda populacional por ensino superior na oferta de cursos, verificando como o Brasil lidou com essa questão e como se deu o processo também na Coreia do Sul que, como mencionado na introdução e melhor será trabalhado ao longo do artigo, possui uma qualidade de ensino básica substancialmente superior à brasileira. O Brasil, como melhor evidenciado nas próximas seções, durante a década de 90 realizou tentativas de priorizar o ensino superior em detrimento do básico e, ainda, abriu portas para que a iniciativa privada fomentasse o setor e, posteriormente, elaborasse uma dinâmica de mercado com a criação de grandes oligopólios de conglomerados de Instituições de Ensino Superior.

## **O processo de crescimento do ensino superior privado brasileiro**

O ensino superior privado do Brasil desde os primórdios de sua concepção, emanava a característica de um sistema reacionário, que dependia diretamente do mercado para implementação de uma modelo consolidado de negócio.

Existem três momentos distintos para a caracterização do que esses sistemas de ensino se tornaram, e trabalharemos com eles: a demanda dos estudantes por uma suplementação do ensino superior público, a implantação dos sistemas públicos de financiamento estudantil, a consolidação de grandes oligopólios educacionais

### **A ascensão de um mercado reacionário**

O primeiro ponto que destaca um mercado reacionário é a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1961 e a Reforma Universitária de 1968. Para desenhar o cenário em que surgiram as instituições educacionais (IES) privadas, devemos ressaltar que até a década de 70, o ensino superior era formalmente público, porém, com poucas instituições, com acesso limitado e currículo pouco atrativo para os estudantes.

Na década de 1960, a escassez de vagas nas universidades era evidente, com um grande número de estudantes aprovados sem conseguir matrícula. Para suprir essa demanda crescente, o regime militar começou a incentivar a criação de instituições de ensino superior, especialmente focadas em áreas específicas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 e a Reforma Universitária de 1968 foram marcos importantes, abrindo o sistema de ensino superior para a iniciativa privada. Essas medidas permitiram a criação de instituições privadas, desde que atendessem aos requisitos do Conselho Federal de Educação, e introduziram as universidades privadas, com autonomia para oferecer diversos cursos e programas acadêmicos (Eapes, 1969; Martins, 2009).

Com a Reforma Universitária de 1968, a educação superior no Brasil passou a ser dividida em dois sistemas distintos. O primeiro, de caráter público, era meritocrático e seletivo, com forte ênfase na pesquisa e na pós-graduação. O segundo sistema, por sua vez, era composto por instituições privadas e isoladas, oferecendo uma educação de menor duração e distinção, sem vínculo com a pesquisa (Corbucci et al., 2016).

Segundo Sampaio (2011), a criação de sistemas de ensino superior contribuiu para aumentar a oferta de vagas, porém, resultou em heterogeneidade na qualidade dos cursos. A expansão desordenada do setor privado gerou problemas como falta de fiscalização e cursos de baixa qualidade. Diante disso, foi necessário criar um sistema de financiamento estudantil para possibilitar o acesso à educação superior para aqueles sem recursos financeiros (Schwartzman & Schwartzman, 2002). Apesar dos desafios, a Reforma Universitária foi um marco importante para melhorar a qualidade dos cursos e promover a integração entre ensino e pesquisa.

Tabela 1 – Evolução de matrículas nas esferas públicas e privadas do ensino superior entre 1961 e 1970

Ano	Total de Matrículas	Matrículas Instituições Privadas	Matrículas Instituições Públicas	% de Matrículas públicas sobre o total
1961	98.892	43.560	55.332	56%
1962	107.299	43.275	64.024	60%
1963	124.214	47.428	76.786	62%
1964	142.386	54.721	87.665	62%
1965	155.781	68.194	87.587	56%
1966	180.109	81.667	98.442	55%
1967	212.882	91.608	121.274	57%
1968	278.295	124.496	153.799	55%
1969	342.886	157.826	185.060	54%
1970	425.478	214.865	210.613	50%

Fonte: adaptado de Levy (1986).

Através da análise da tabela apresentada, é possível notar que o ensino superior no Brasil passou por significativas mudanças durante a década de 1960. Ainda que as instituições públicas tenham perdido espaço para as privadas ao longo do tempo, elas ainda se mantiveram majoritárias até os anos de 1970, quando as instituições privadas ainda possuíam caráter exclusivo de instituições sem fins lucrativos.

### **O financiamento público e a consolidação das IES privadas brasileiras**

A década de 1980 foi marcada por uma intensa retração da atividade econômica do Estado Brasileiro. Durante esse período, o país enfrentou uma série de dificuldades econômicas, que resultaram em variações negativas do Produto Interno Bruto (PIB).

A década de 1980 no Brasil foi marcada por uma grave crise econômica, conhecida como a Década Perdida. Caracterizou-se por queda no PIB, aumento da inflação, alto endividamento externo e estagnação industrial. A hiperinflação e a crescente dívida pública foram problemas centrais, influenciando os governos pré-Ditadura Militar, a recuperação econômica só começou com o Plano Real, implementado em 1994 (Bandeira, 2002).

Na década de 1990, em meio a recessões econômicas globais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estabeleceu diretrizes que priorizavam o financiamento do ensino básico sobre o ensino superior, como detalhado no documento "Prioridades y estratégias para la educación (Banco Mundial, 1996). Isso resultou em escassez de investimentos no ensino público superior e impulsionou o crescimento do ensino privado, que se tornou mais atrativo devido à falta de recursos na educação pública. Essa política teve impactos significativos na formação de profissionais e no acesso ao ensino superior, refletindo nas desigualdades socioeconômicas do país.

Tabela 2 – Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais – Brasil (1960-2020)

Ano	Pública	Privada	Total	% Pública	% Privada
1960	59.624	47.067	106.691	56%	44%
1970	210.613	214.865	425.478	50%	50%
1980	492.232	885.054	1.377.286	36%	64%
1990	578.625	961.455	1.540.080	38%	62%
2000	887.026	1.807.219	2.694.245	33%	67%
2010	1.461.696	3.987.424	5.449.120	27%	73%
2020	1.956.352	6.724.002	8.680.354	23%	77%

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do INEP.

Acima, podemos visualizar claramente a estagnação e comportamento decrescente do ensino superior público, que após a década de 80 se concretiza em um decréscimo relativo de matrículas. O ensino superior privado, ao contrário, se perpetua como majoritariamente

utilizado pelos estudantes, o que se acentua ainda mais em 1999 e 2010, possivelmente com a criação e expansão, respectivamente, de programas de financiamento estudantil.

Com a estagnação do ensino superior público, o Brasil enfrentava a necessidade de expansão das instituições de ensino superior (IES) privadas, um movimento que já se delineava desde os anos 1980. Essa expansão foi impulsionada pela criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) em 1999, visando facilitar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino privado (Sguissardi, 2005). O FIES buscava promover inclusão social e reduzir desigualdades educacionais, ao mesmo tempo em que incentivava a qualidade do ensino privado, vinculando o financiamento ao Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M). Embora tenha enfrentado desafios de repasses e inadimplência, o programa contribuiu para o aumento significativo do acesso ao ensino superior privado a partir dos anos 2000, especialmente com a implementação de programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, e com o crescimento econômico do período (Corbucci et al., 2016).

Tabela 3: Número de financiamentos e repasses do FIES – 2010/2020

Ano	Número de financiamentos pelo FIES	Total de Repasse do FIES às IES Privadas	Total de Repasse do FIES às IES Privadas (ajustado ao IGP <sup>3</sup> de 2020)
2010	75901	R\$ 246.601.425,74	R\$ 515.450.714,25
2011	154065	R\$ 1.299.644.196,46	R\$ 2.564.019.168,57
2012	377372	R\$ 3.915.055.856,51	R\$ 7.221.124.383,03
2013	559259	R\$ 8.053.175.441,11	R\$ 14.066.181.159,54
2014	731957	R\$ 13.585.099.517,84	R\$ 22.890.213.432,58
2015	287347	R\$ 13.232.647.375,36	R\$ 20.143.803.709,42
2016	203392	R\$ 16.213.050.443,83	R\$ 23.041.022.614,27
2017	258395	R\$ 18.058.665.710,43	R\$ 25.887.411.516
2018	258395	R\$ 14.414.386.250,54	R\$ 18.840.329.314,52
2019	85037	R\$ 7.986.389.678,78	R\$ 10.043.797.319,56
2020	32323	R\$ 3.901.783.839,24	R\$ 3.901.783.839,24

Fonte: Adaptado de Ferreira e Sindeaux (2022), com base em dados do FNDE.

A tabela apresenta dados relevantes sobre a evolução do FIES nos últimos dez anos, com destaque para o número de financiamentos concedidos e os repasses feitos às Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Ao analisar os números, é possível perceber um crescimento significativo no número de financiamentos concedidos, especialmente entre 2013 e 2014,

<sup>3</sup> Índice IGP-M (FVG) utilizado, cálculo com base na ferramenta do Banco Central do Brasil, Calculadora do Cidadão, disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>

quando houve um aumento de mais de 30%. Entretanto, a partir de 2018, houve uma queda no valor total de repasses, o que pode ser justificado pelas mudanças implementadas pelo governo, como a redução da taxa de juros do programa e a limitação no número de financiamentos concedidos (Filizola, 2019). Abaixo, podemos ver o impacto do FIES nos principais grupos educacionais brasileiros e a clara relação entre os valores de financiamento do estado para o crescimento e consolidação desse grande oligopólio.

Tabela 4: Impacto direto do FIES nos grandes grupos de IES brasileiros (2010-2016)

Ano	Kroton		Estácio		Ser Educacional		Ânima	
	Repasso FIES	Receita Líquida	Repasso FIES	Receita Líquida	Repasso FIES	Receita Líquida	Repasso FIES	Receita Líquida
2010	39,35	802,06	57,57	1.495,95	-	-	26,32	330,62
2011	192,01	833,21	14,36	1.540,55	-	-	71,85	366,91
2012	525,11	1.192,70	372,48	1.735,18	104,53	387,93	122,97	443,27
2013	926,63	1.534,53	765,78	2.231,98	210,48	588,95	245,63	538,58
2014	2.128,96	2.926,85	1.374,43	2.915,85	425,98	855	361,86	785,56
2015	2.928,73	4.151,80	1.558,46	2.824,85	532,64	1.148,32	419,24	925,82
2016	2.496,95	4.019,03	1.440,57	2.893,11	553,26	1.151,08	344,35	931,29

Fonte: Elaboração do autor com base no artigo de Chaves; Santos; Kato (2020).

Durante o período de 2010 a 2016, houve um aumento significativo no repasse do FIES para todos os grupos de instituições de ensino superior privadas. Em 2016, a Kroton liderou com o maior repasse, ultrapassando a marca de 2,4 bilhões de reais, seguida pela Estácio, com cerca de 1,4 bilhão de reais. Embora a Ser Educacional tenha tido uma pequena queda na receita líquida em 2015 e 2016, a Kroton, a Estácio e a Ânima apresentaram um crescimento expressivo nesse indicador, sendo que a Kroton obteve a maior receita líquida em todos os anos, chegando a quase 4,2 bilhões de reais em 2016. Dessa forma, com os dados acima podemos visualizar que o FIES pode ter tido um impacto considerável na receita líquida dessas instituições e que o programa foi fundamental para o financiamento do setor educacional no Brasil durante esse período.

### **A consolidação dos grandes grupos educacionais em um oligopólio de IES privadas**

As instituições de ensino superior (IES), ao receberem quantidades de recursos públicos, recursos de investidores e expandirem suas estruturas, encontraram nas fusões e aquisições (F&A) uma solução para manter seu crescimento.

O processo de fusão implica na compra de ações acima do preço de mercado, sendo aprovado pelo conselho administrativo da empresa adquirida, com o objetivo de gerar benefícios mútuos. Essas empresas, se unem para formar uma nova organização que passa a controlar todas as operações, enquanto as empresas fundidas deixam de existir e uma nova empresa é criada em seu lugar. Para maior aprofundamento no tema, sugerimos consultar: “Merger proposals, management discretion and stockholder wealth” (Peter Dodd) e “Mergers and Acquisitions from A to Z” (Andrew Sherman).

As instituições de ensino superior (IES), em busca de investimentos sólidos, recorreram a recursos próprios ou provenientes da abertura de capital para adquirir ou fundir-se com IES menores (Ferreira; Sindeaux, 2022). Grandes grupos aproveitaram-se dessas IES menores, muitas em dificuldades financeiras (Gomes; Machado-Taylor; Saraiva, 2018; Prado, 2016). Movimentos financeiros como fusões, aquisições e oferta pública de ações na Bolsa de Valores visam principalmente satisfazer os interesses dos acionistas, apesar de contradizerem os princípios educativos (Carvalho, 2013; Oliveira; Carvalho, 2016).

A ascensão do mercado de ensino superior foi impulsionada pelo interesse em lucros, com as instituições privadas dominando a maioria das matrículas (FENEP, 2022; INEP, 2022). Grandes grupos se formaram ou estabeleceram-se no país nas últimas décadas, com fusões e aquisições entre empresas já consolidadas, como Kroton e Anhanguera, FMU e Rede Laureate, além da entrada de empresas globais no mercado, como a Advent International (Bezerra, 2013; Exame, 2011).

Embora tenha havido uma melhora na qualidade de ensino em algumas instituições após serem adquiridas por grandes grupos, nenhuma atingiu a nota máxima no Índice Geral de Cursos (IGC) de 2017 (Pissinato; Coutinho, 2019). O Ministério da Educação estabelece prazos para adequação das instituições com avaliações insatisfatórias, podendo descredenciá-las caso não atendam às exigências (Pissinato; Coutinho, 2019).

## **Do outro lado do mundo: a mercantilização e globalização da educação superior na Coréia do Sul**

A Coreia do Sul é um país que tem sido muito bem-sucedido no desenvolvimento econômico e tecnológico nas últimas décadas. Para isso, a educação desempenhou um papel fundamental na formação de capital humano e na geração de conhecimento. A história da criação das universidades e faculdades privadas na Coreia do Sul tem suas raízes na modernização do país, que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial.

O processo de criação de universidades públicas na Coreia do Sul teve início após a guerra, com a fundação da Universidade Nacional de Seul, em 1946. No entanto, a maioria das universidades públicas coreanas foi fundada durante o regime militar autoritário de Park Chung-hee, nas décadas de 1960 e 1970. Durante esse período, o governo investiu intensamente na educação, a fim de promover o desenvolvimento econômico e a industrialização do país (Baik et al., 2011).

Em paralelo ao surgimento das universidades públicas, também surgiram as faculdades privadas, que tiveram seu auge no final da década de 1970 e início da década de 1980. A criação dessas instituições privadas foi impulsionada pela demanda crescente por educação superior e pela incapacidade do governo de atender a todas as necessidades educacionais da população (Moon, 2011).

O governo da Coreia do Sul reconheceu a importância das faculdades privadas no desenvolvimento da educação superior no país e adotou políticas para apoiar sua expansão. A Lei das Instituições de Educação Superior, de 1982, permitiu que as faculdades privadas fossem estabelecidas com mais facilidade, ao mesmo tempo em que estabeleceu diretrizes para a qualidade do ensino.

A partir da década de 1990, a Coreia do Sul passou por uma série de mudanças políticas, econômicas e sociais que afetaram a educação superior no país. Uma dessas mudanças foi a transição do modelo econômico baseado em manufatura para um modelo baseado em tecnologia e serviços. Como resultado, houve uma mudança no perfil de empregos disponíveis, com uma demanda crescente por profissionais qualificados em áreas como tecnologia da informação, engenharia e serviços financeiros.

Para atender a essa demanda, as faculdades privadas expandiram suas ofertas de cursos nas áreas de tecnologia e negócios, atraindo um grande número de estudantes. A expansão das faculdades privadas também foi impulsionada pelo crescimento da economia sul-coreana, que permitiu um aumento na renda e na capacidade de pagamento das mensalidades escolares.

De acordo com Kim (2002), em 2000, a parcela de matrículas do setor privado era de 20% para escolas de ensino médio, 55% para escolas de ensino superior e 78% para universidades de quatro anos. O alto grau de privatização foi realizado por meio de um conjunto

coerente de mecanismos de incentivo. Os incentivos financeiros incluíam subsídios públicos, isenção de impostos e outras medidas. O governo não forneceu assistência financeira direta às escolas privadas do ensino médio até a década de 1970, quando a política de admissão foi reformada. Como mencionado anteriormente, as escolas de ensino médio privadas começaram a receber subsídios do governo em 1971 e as escolas de ensino superior privadas em 1979. O valor desse subsídio geralmente é determinado pela diferença entre o orçamento da escola e um orçamento padrão para uma escola pública com o mesmo tamanho de matrícula. O grau de privatização aumentou tanto para escolas de ensino médio quanto para escolas de ensino superior, refletindo a resposta positiva do setor privado a esse incentivo de subsídio. Graças ao subsídio e outras medidas da política de equalização, não houve diferença discernível de qualidade entre escolas privadas e públicas. Desde o início da década de 1990, o governo começou a subsidiar instituições privadas de ensino superior de forma competitiva.

Apesar da importância das faculdades privadas para o desenvolvimento da educação superior na Coreia do Sul, essas instituições também enfrentaram desafios ao longo do tempo. Um desses desafios foi a pressão crescente para melhorar a qualidade do ensino e garantir a empregabilidade dos graduados. Essa pressão levou ao desenvolvimento de políticas para a criação de universidades e faculdades privadas de alto nível, o que significou que o governo começou a encorajar a criação de instituições de ensino superior com foco em especializações específicas. Essas iniciativas abriram caminho para a criação de um grande número de faculdades e universidades privadas na Coreia do Sul, que gradualmente foram ganhando popularidade e aumentando sua reputação.

Os anos 90 e 2000 foram particularmente importantes para o setor de educação privada na Coreia do Sul. Durante esse período, houve uma grande mudança na estrutura do sistema educacional do país, com o governo trabalhando para garantir que o sistema educacional pudesse competir globalmente. Essa mudança levou à criação de mais faculdades e universidades privadas, e também à expansão das já existentes.

No entanto, a expansão do setor privado de educação superior na Coreia do Sul enfrentou desafios significativos. Uma das maiores preocupações era a qualidade do ensino. Muitas das novas faculdades e universidades privadas eram consideradas de baixa qualidade, com problemas como falta de professores qualificados e materiais didáticos inadequados. Isso levou à percepção negativa da educação privada e à crença de que as universidades públicas eram de melhor qualidade (Kim, 2011).

Outro desafio foi a crescente preocupação com o aumento dos custos de mensalidades e as desigualdades no acesso à educação superior. Com o aumento das mensalidades nas

instituições privadas, as famílias de baixa renda tiveram dificuldades para pagar as mensalidades e, portanto, foram privadas do acesso à educação superior de qualidade (Chae; Hong, 2009).

Em resposta a essas preocupações, o governo começou a implementar políticas para melhorar a qualidade do ensino nas instituições privadas e tornar o ensino superior mais acessível a todos os alunos, independentemente de sua renda ou origem socioeconômica. Essas políticas incluíam a concessão de subsídios para ajudar a cobrir as mensalidades e a melhoria da qualidade do ensino nas instituições privadas (Chae; Hong, 2009).

No entanto, é interessante visualizar a característica singular sul coreana em relação a arbitrariedade entre público e privado nas IES. Não há uma diferença substancial entre instituições públicas e privadas exceto no seu financiamento, já que essas IES privadas também são regidas pelas mesmas regulamentações do estado, havendo diferença apenas na forma de ingresso. Nesse cenário, as universidades da Coreia do Sul têm sido subfinanciadas e regulamentadas em escala pelo governo (Kim, 2011).

Ainda vale a pena destacar uma relação entre os oligopólios e a educação superior coreana. Na Coreia do Sul, existem os grandes conglomerados de empresas que configuram oligopólios ou grandes monopólios, chamados de chaebol (Choi, Cho, 2021; Choi; Hong, 2022; Hong, 2019). Os chaebol representam uma parcela substancial na intervenção social e desenvolvimentista do país, estando presentes em todos os âmbitos de ações da Coreia do Sul, não obstante, também na educação.

Os chaebol são grandes responsáveis pelo sucesso das universidades privadas coreanas, com grandes patrocínios em realizações das IES, como por exemplo a realização da Visão 2020, da Universidade Sung Kun Kwan, patrocinada pela Samsung Digital School. Além desse patrocínio, os chaebols também funcionaram como os grandes grupos brasileiros, na F&A com IES menores, porém nesse caso, as F&A dos chaebols na educação configuram um mercado vertical (Kim, 2011). Um exemplo dessas F&A é a Chung-Ang University, uma universidade particular entre as 15 melhores universidades da Coreia do Sul, foi comprada pelo Doosan Group em 2008, e a Sung Kyun Kwan University agora é operada pela Samsung.

## **Implicações dos processos mercantis e globalizados nas IES privadas brasileiras e sul coreanas**

Nesta seção são discutidos dados, tanto bibliográficos, como de setores governamentais e dados abertos privados, acerca dos principais indicadores socioeconômicos de ambos os países.

Essa é uma análise que busca acentuar as diferenças sociais do mercado de educação superior de ambos, com o intuito de trazer a discussão acerca dos efeitos da mercantilização, muito evidentes no Brasil, além de agregar tópicos de análises para estudos posteriores mais aprofundados, tendo em vista que os motivos para a demanda e oferta de mão de obra especializada é demasiadamente extensa.

Propoe-se para este estudo, uma análise dos indicadores gerais socioeconômicos de desemprego e percentual da população com ensino superior. Esses dados nos permitem entender oferta e a demanda como contextualização preliminar desta linha de pesquisa.

### **A qualidade de ensino**

Os investimentos em educação básica no Brasil são significativamente menores em comparação com países como a Coreia do Sul, conforme dados da OCDE de 2013 (Basso, 2017). Na Coreia do Sul, o governo subsidia 80% do orçamento das escolas de ensino médio, enquanto no Brasil a situação é diferente, com investimentos maiores no ensino superior em detrimento do ensino básico. A universalização do ensino primário precedeu o aumento dos investimentos no ensino secundário e superior na Coreia do Sul, onde os professores são altamente capacitados e recebem salários elevados na educação básica. No Brasil, a conclusão do ensino médio na idade certa é baixa, com índices preocupantes de evasão escolar (Basso, 2017).

Na Coreia do Sul, 93% dos jovens concluem o ensino médio no tempo correto, enquanto no Brasil apenas 19% o fazem até os 17 anos em 2014 (Basso, 2017). Essa discrepância reflete-se na diferença nos investimentos em educação básica entre os dois países, evidenciando a necessidade de políticas educacionais mais eficazes no Brasil.

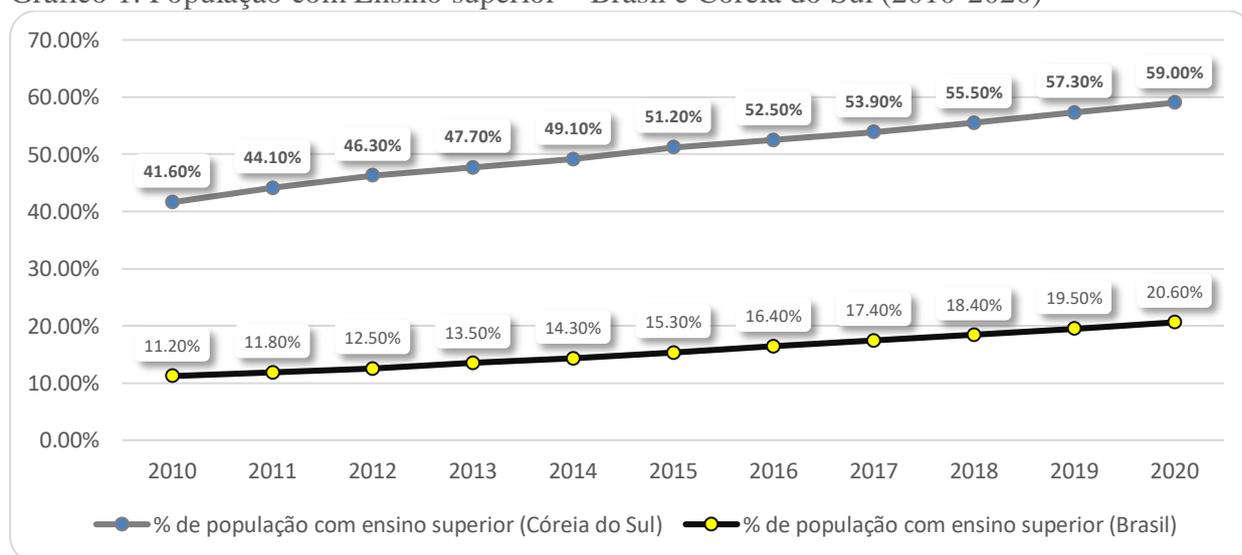
Os resultados do PISA 2018 revelaram que os estudantes brasileiros apresentaram pontuações abaixo da média da OCDE em leitura, matemática e ciências (OCDE, 2019). Embora houvesse uma melhoria no desempenho médio em matemática entre 2003 e 2018, a maior parte dessa melhoria ocorreu nos primeiros ciclos do PISA. O status socioeconômico foi um forte preditor de desempenho, com os alunos favorecidos tendo melhor desempenho do que os desfavorecidos. No entanto, uma parcela dos alunos desfavorecidos alcançou pontuações elevadas em leitura, sugerindo que a desvantagem não é determinante. Além disso, as escolas

desfavorecidas muitas vezes enfrentam dificuldades com falta de pessoal docente suficiente, afetando sua capacidade de fornecer instrução.

Em relação às implicações econômicas da expansão universitária no Brasil e na Coreia do Sul, ambos os países experimentaram uma demanda crescente por vagas universitárias (Kim, T., 2011; Martins, 2009). No Brasil, a intervenção do FMI priorizou o financiamento do ensino básico em detrimento do ensino superior, levando a um crescimento das instituições privadas em detrimento da qualidade educacional (Chaves; Santos; Kato, 2020; Martins, 2009; Souza; Santos; Silva, 2020). Na Coreia do Sul, embora o FMI também tenha apoiado o ensino básico, a regulamentação estatal e a presença dos chaebols limitaram a mercantilização das instituições de ensino superior (Kim, 2011).

Enquanto o Brasil visualizou uma intensa formação de mercados financeirizados de educação, com forte característica mercantil e uma qualidade de educação superior privada depreciada, a Coreia do Sul apoiou em investimentos na educação básica, um caminho para grandes retornos desenvolvimentistas. Acentuando de forma sintetizada, a diferença básica dos dois países está no ponto onde o Brasil utilizou os financiamentos públicos para autorregulamentação do mercado, quase como se fosse uma forma de abandono do setor. Já a Coreia continuou, mesmo com subfinanciamentos, destinando uma parcela substancial de regulamentações para o setor privado.

Gráfico 1: População com Ensino superior – Brasil e Coreia do Sul (2010-2020)

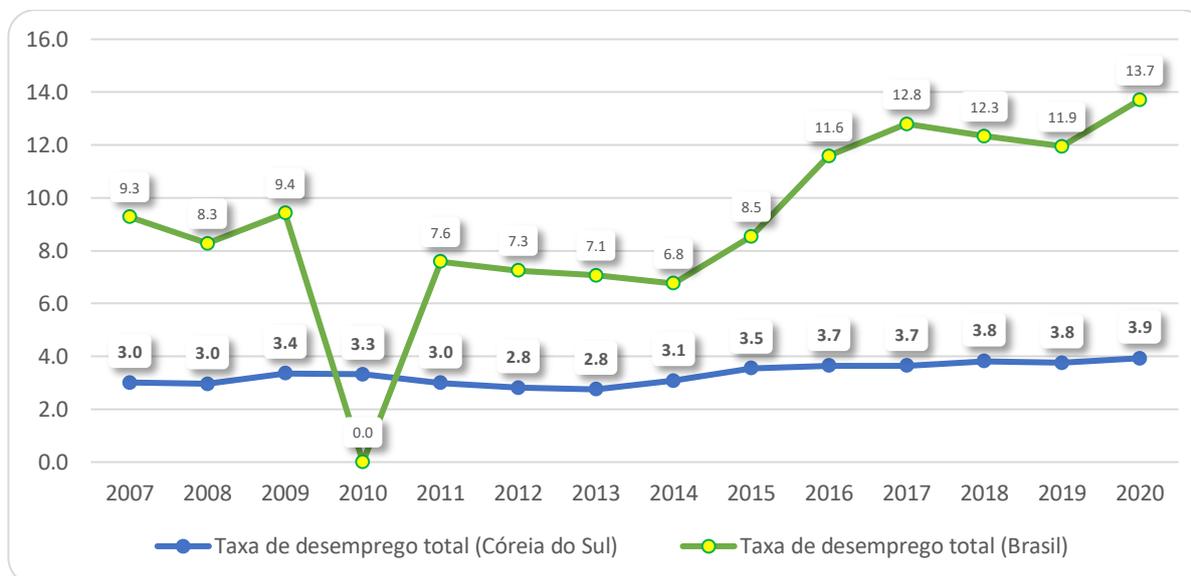


Fonte: elaboração do autor com base em dados do Banco Mundial (MUNDIAL, [S.d.], [S.d.]).

O gráfico apresenta os percentuais da população com ensino superior na Coreia do Sul e no Brasil, de 2010 a 2020. A Coreia do Sul apresenta um aumento constante e significativo

na porcentagem de sua população com ensino superior, passando de 41,6% em 2010 para 59,0% em 2020. Já o Brasil apresenta um aumento mais modesto, passando de 11,2% em 2010 para 20,6% em 2020.

Gráfico 2: Taxa de desemprego – Brasil e Coréia do Sul (2007-2020)



Fonte: elaboração dos autores com base em dados do Banco Mundial (MUNDIAL, [S.d.], [S.d.]

As taxas de desemprego total na Coreia do Sul foram relativamente estáveis ao longo dos anos, enquanto no Brasil houve variações significativas, atingindo o seu pico em 2020. Não há dados para taxa de desemprego total no Brasil em 2010.

Observa-se uma relação entre a educação e o desemprego: a Coreia do Sul, com um percentual maior da população com ensino superior, apresentou taxas de desemprego total mais baixas em comparação com o Brasil. Isso pode indicar uma correlação positiva entre a educação e a empregabilidade.

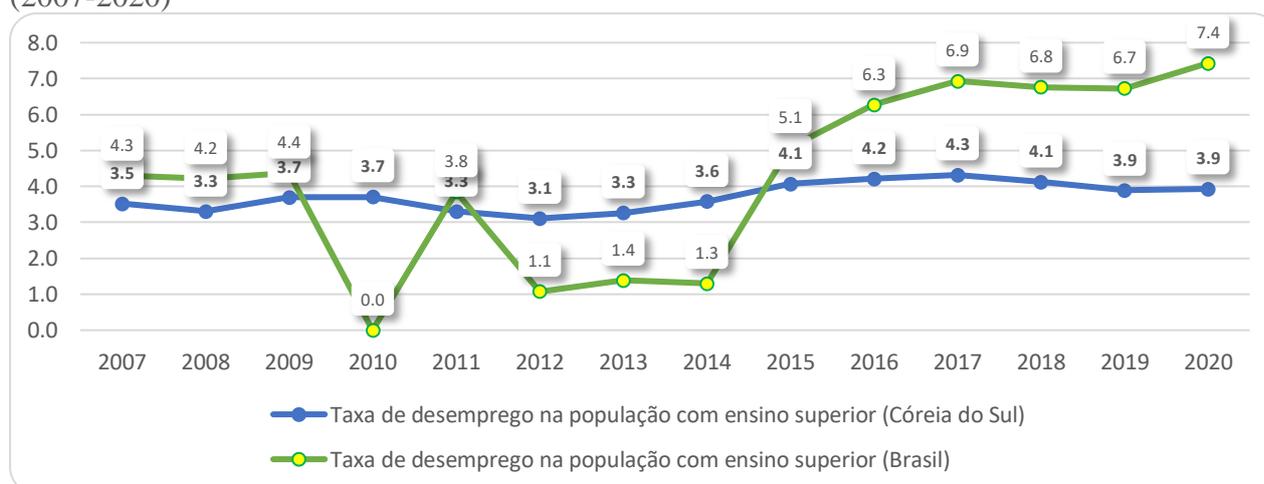
É importante mencionar sobre os efeitos da pandemia durante o último ano analisado (2020) que teve impactos significativamente distintos em ambos os países. Na Coreia do Sul, subsídios de emergência foram disponibilizados na forma de auxílios, tanto em cupons quanto em dinheiro, com o intuito de fomentar o consumo privado. Além disso, foram destacadas iniciativas de aporte orçamentário voltadas à geração de empregos, concessão de empréstimos emergenciais a empresas enfrentando dificuldades e a implementação do Projeto Korean New Deal. Este último visa a criação de 1,9 milhão de novos postos de trabalho e um investimento de 133 bilhões de dólares até 2025, com foco em projetos digitais e sustentáveis (Rossi et al., 2022).

De acordo com Rossi et al. (2022), no campo do trabalho, foram adotadas medidas para diminuir a exposição dos trabalhadores ao COVID-19 nos locais de trabalho, incluindo a elaboração de protocolos e o incentivo a arranjos flexíveis, como o teletrabalho e horários flexíveis. Além disso, foram estabelecidos apoios financeiros para trabalhadores doentes e suas famílias, assim como para aqueles que perderam seus empregos ou renda proveniente de trabalhos autônomos. As empresas foram incentivadas a ajustar seus horários de trabalho para preservar empregos, e foi oferecido suporte financeiro àquelas com queda na demanda. Adicionalmente, foram suspensos os pagamentos de tarifas, incluindo contas de eletricidade.

Já o Brasil enfrentou um efeito bem diferente, com uma acentuação ainda maior das desigualdades sociais, assim como em outras nações, no Brasil, o isolamento social desencadeou transformações rápidas no cenário do emprego, afetando de forma mais aguda cerca de 37,3 milhões de pessoas que atuam na informalidade, desprovidas de direitos trabalhistas como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os primeiros cortes estão afetando principalmente aqueles que dependem de trabalhos precários, tais como terceirizados, balconistas, garçons, profissionais de cozinha, diaristas, manipuladores de bagagem e trabalhadores de limpeza (Costa, 2020).

Há ainda uma distinção ainda maior na indicação de aproveitamento da mão de obra capacitada de ambos os países. Abaixo, podemos visualizar a relação de desemprego em indivíduos com ensino superior.

Gráfico 2: Taxa de desemprego em indivíduos com ensino superior – Brasil e Coréia do Sul (2007-2020)



Fonte: elaboração do autor com base em dados do Banco Mundial.

É importante visualizar que, enquanto a Coréia apresenta taxas de desemprego na população com ensino superior atenuadas e constantes, o Brasil é totalmente inconsistente.

Podemos visualizar alguns pontos bem característicos do Brasil, após 2010, onde o FIES é expandido afim de suplementar a necessidade do mercado por mão de obra capacitada. Em contrapartida, após 2015 vemos o declínio do mercado de trabalho da mão de obra especializada, onde, há o início da quase quebra dos repasses do FIES e a criação de uma massa substancialmente alta de mão de obra superior em subfunções (Filizola, 2019; Moreno, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível visualizar ao longo do estudo que o Brasil e Coréia do Sul, de certa forma, tiveram os mesmos gatilhos para expansão do ensino superior privado em seus mercados, porém, enquanto o Brasil partiu para uma independência do estado onde as IES privadas aproveitaram de recursos de financiamento público para expansão de seus oligopólios, a Coréia do Sul investiu de forma substancial em seu ensino básico antes de investir fortemente no ensino superior, que, mesmo nas esferas privadas, é altamente regulamentado pelo estado.

Também é visualizado que enquanto no Brasil emergiu alguns grandes grupos educacionais de capital aberto, na Coréia houve a presença de chaebols, que na verdade possuem presença em todo o mercado e governança no país.

Acerca das implicações da qualidade de ensino, algumas estatísticas podem ser calculadas a partir desses dados, onde, a média da porcentagem de população com ensino superior na Coréia do Sul é de aproximadamente 48,5%, enquanto no Brasil é de cerca de 14,5%. A taxa média de desemprego total na Coréia do Sul é de cerca de 3,4%, enquanto no Brasil é de aproximadamente 10,6%. A taxa média de desemprego para aqueles com ensino superior na Coréia do Sul é de cerca de 3,8%, enquanto no Brasil é de cerca de 4,3%.

Observa-se que, em geral, a Coréia do Sul apresenta uma porcentagem muito maior de população com ensino superior do que o Brasil e, ao mesmo tempo, apresenta taxas de desemprego mais baixas do que o Brasil tanto para a população em geral quanto para aqueles com ensino superior.

Em síntese, o Brasil expandiu seu mercado dando recursos e autonomia para IES privadas, enquanto a Coréia do Sul formulou um plano de financiamento prévio de sua base do ensino básico, até passar a investir no ensino superior e, com grandes regulamentações nas IES, tanto privadas quanto públicas. Enquanto o Brasil criou uma massa de diplomas sem qualidade e demanda do mercado, a Coréia tem os maiores conceitos de qualidade educacional do mundo e uma taxa de desemprego baixa.

## References

BAIK, C. J. et al. The Park Chung Hee Era: The Transformation of South Korea. [S.l.]: Harvard University Press, 2011.

BANCO MUNDIAL. Prioridades y estrategias para la educación. Washington: [s.n.], 1996. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/pt/715681468329483128/pdf/14948010spanish.pdf>.

BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 45, n. 2, p. 135–146, dez. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003473292002000200007&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292002000200007&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 27 dez. 2023.

BASSO, M. Coreia do Sul deu salto ao priorizar ensino básico – ao contrário do Brasil. Gazeta do Povo, 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/coreia-do-sul-deu-salto-ao-priorizar-ensino-basico--ao-contrario-do-brasil-0t7zs2apxhtbspap3kdhdviii/>.

BEZERRA, P. 10 grupos de educação que movimentam as aquisições do setor. Exame. [S.l.: s.n.], 2013. Disponível em: <https://exame.com/negocios/10-grupos-de-educacao-quemovimentam-as-aquisicoes-do-setor/>.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida. A mercantilização da educação superior Brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. Revista Brasileira de Educação, 2013, v. 18, n. 54.

CHAE, J.-E.; HONG, H. K. The expansion of higher education led by private universities in Korea. Asia Pacific Journal of Education, v. 29, n. 3, p. 341–355, 2009.

CHAVES, V. L.; SANTOS, M. R.; KATO, F. B. Financiamento público para o ensino superior privado-mercantil e a financeirização. Jornal de Políticas Educacionais, v. 14, p. 1–20, 2020.

CHOI, H.; CHO, J. Related-party transactions, chaebol affiliations, and the value of cash holdings. Sustainability (Switzerland), v. 13, n. 2, 2021.

CHOI, M.; HONG, S. Another Form of Greenwashing: The Effects of Chaebol Firms' Corporate Governance Performance on the Donations. Sustainability (Switzerland), v. 14, n. 6, 2022.

CORBUCCI, P. R. et al. Evolução Da Educação Superior Privada No Brasil: Da Reforma Universitária De 1968 À Década De 2010. Radar, v. 46, p. 7–12, 2016. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7066/1/Radar\\_n46\\_evolucao.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7066/1/Radar_n46_evolucao.pdf).

COSTA, S. DA S. Pandemia e desemprego no Brasil. Revista de Administração Pública, v. 54, n. 4, p. 969–978, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200170>

DINIZ, J.; OLIVEIRA, J.; LIMA, D. A mercantilização da educação superior no Brasil. Revista Educação em Questão, v. 59, n. 61, 2021.

EAPES. Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (Acordo MEC-USAID). Brasília: [s.n.], 1969. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002109.pdf> .

EXAME. Fundo Advent compra parte da Kroton por R\$ 280 milhões. . [S.l: s.n.], 2011. Disponível em: <https://exame.com/negocios/fundo-advent-compra-parte-kroton-r-280-milhoes-479807/> .

FENEP. Dados Estatísticos do Ensino Privado no Brasil. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://fenep.org.br/publicacao-inedita-com-dados-estatisticos-do-ensino-privado-no-brasil-foi-lancada-no-dia-30>

FERREIRA, S. M. L. A mercantilização do ensino superior: uma análise do impacto do financiamento estudantil no processo mercantil educacional.. In: Anais do Congresso de Administração, Sociedade e Inovação - CASI (Evento On-line). Anais...Volta Redonda (RJ) Universidade Federal Fluminense, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/14casi/472981>. Acesso em: 15/12/2023

FERREIRA, S. M. L.; SINDEAUX, R. V. Market Analysis of Mergers and Acquisitions By Brazilian Educational Groups. Interação - Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 24, n. 2, p. 27–46, 2022.

FERREIRA, S. M. L.; SINDEAUX, R.V. OLIVEIRA, J. C.; Comparisons between Argentine and Brazilian higher education: histories and effects of commodification. International Journal of Arts and Social Science. V. 6 Issue 11, p. 227-236, November 2023.

FILIZOLA, P. Fies 2019: esvaziado após reformulação, financiamento atrai menos alunos e reduz opções para mais pobres. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46968457> . Acesso em: 3 fev. 2022.

FNDE. Repasse de CFT-E. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fies-graduacao/mantenedora-e-ies/repasse-de-cft-e> . Acesso em: 15 fev. 2022.

G1. Ranking da Educação: Brasil está nas últimas posições no PISA 2022 - Veja notas de 81 países em matemática, ciências e leitura. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/12/05/ranking-da-educacao-brasil-esta-nas-ultimas-posicoes-no-pisa-2022-veja-notas-de-81-paises-em-matematica-ciencias-e-leitura.ghtml> .

GOMES, V.; MACHADO-TAYLOR, M. DE L.; SARAIVA, E. V. O Ensino Superior No Brasil - Breve Histórico E Caracterização. Ciência & Trópico, v. 42, n. 1, 2018.

HONG, S. Chaebol firms' donation activities and firm values. Sustainability (Switzerland), v. 11, n. 8, 2019.

- INEP. Censo da Educação Superior: Ensino a Distância cresce 47,4% em uma década. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ensino-a-distancia-cresce-474-em-uma-decada> , 2022
- INEP. Censo da educação superior 2021. Inep, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2021/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf) .
- KIM, G.-J. Education policies and reform in South Korea. Secondary education in Africa: Strategies for renewal, p. 29–39, 2002.
- KIM, T. Globalization and higher education in South Korea: towards ethnocentric internationalization or global commercialization of higher education? Handbook on Globalization and Higher Education, 2011.
- LEVY, D. Higher education and the state in Latin America : private challenges to public dominance. The University of Chicago Press, v. XIV, p. 176–182, 1986. Disponível em: [https://redib.org/Record/oai\\_articulo1225620-daniel-c-levy-higher-education-state-latin-america--private-challenges-public-dominance-chicago-ill--university-chicago-press-1986-434-p](https://redib.org/Record/oai_articulo1225620-daniel-c-levy-higher-education-state-latin-america--private-challenges-public-dominance-chicago-ill--university-chicago-press-1986-434-p) .
- MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. Educação e Sociedade, v. 30, n. 106, p. 15–35, 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> .
- MOON, M. The creation of government-supported research institutes during the Park Chung-hee era. STI Policy Review, v. 2, n. 2, p. 55–65, 2011.
- MORENO, A. C. Número de novos contratos do Fies caiu quase 50% entre 2014 e 2015. Globo, p. 1, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/05/numero-de-novos-contratos-do-fies-caiu-quase-50-entre-2014-e-2015.html> .
- MUNDIAL, B. Brasil. Desemprego, total (% da força de trabalho total). . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?locations=BR> .
- MUNDIAL, B. Brasil. População com ensino superior (% do total). . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SE.TER.HIAT.ZS?locations=BR> .
- MUNDIAL, B. Korea, Rep. Desemprego, total (% da força de trabalho total). . [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?locations=KR>>. , [S.d.]
- MUNDIAL, B. Korea, Rep. População com ensino superior (% do total). . [S.l: s.n.]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SE.TER.HIAT.ZS?locations=KR> .
- OCDE. PISA 2018: Relatório do Brasil. . [S.l: s.n.]. Disponível em: [https://www.oecd.org/pisa/publications/PISA2018\\_CN\\_BRA.pdf](https://www.oecd.org/pisa/publications/PISA2018_CN_BRA.pdf) . , 2019
- OLIVEIRA, J. A. DE; CARVALHO, J. C. DE. A mercantilização e a privatização da educação: tendências e reflexões. Educação \& Sociedade, v. 37, n. 135, p. 729–749, 2016.
- OLIVEIRA, L. S.; CARVALHO, S. R. O processo de mercantilização da educação superior brasileira: notas preliminares. Educação \& Sociedade, v. 37, n. 134, p. 723–742, 2016.
- PISSINATO, W.; COUTINHO, L. C. S. A influência das fusões e aquisições no processo de financeirização da educação superior brasileira. LAPLAGE EM REVISTA, v. 5, n. especial, 2019.

- PRADO, S. R. Estratégias de expansão de instituições de ensino superior privadas no Brasil: estudo de caso do curso de bacharelado em administração. 2016. Universidade Metodista de Sao Paulo, 2016. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1469>.
- ROSSI, T. R. A. et al. A resposta da Coreia do Sul à pandemia de COVID-19: lições aprendidas e recomendações a gestores. Cadernos de Saúde Pública, v. 38, n. 1, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00118621>.
- SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. Revista Ensino Superior Unicamp, v. 4, 2011.
- SCHWARTZMAN, S. A pesquisa científica e o interesse público. Revista Brasileira de Inovação, v. 1, n. 2, p. 361–395, 2002.
- SERAFIM, M. P. O processo de mercantilização das instituições de educação superior: um panorama do debate nos EUA, na Europa e na América Latina. Avaliação (Campinas), v. 16, n. 2, p. 305–324, 2011.
- SGUISSARDI, V. Universidade pública estatal: entre o público e privado/mercantil. Educação & Sociedade, v. 26, n. 90, p. 191–222, 2005.
- SOUZA, K. P. DE; SANTOS, N. L.; SILVA, R. DOS S. DA. a Mercantilização Do Ensino Superior Brasileiro: As contradições e os avanços possíveis na realidade cearense. Revista Inter Ação, v. 45, n. 2, p. 317–334, 2020.